18 de fevereiro de 2016. Disponível em: Território do Brincar<https://youtu.be/FNFgaKbDt-8 >Data do acesso: 17 de maio 2021.

SILVA, Simone Pereira da. COSTA, Theles de Oliveira. A Importância dos Jogos e Brincadeiras na Educação Infantil. Revista MultiAtual, v. 1, n.4., 28 de agosto de 2020. Disponível em: Disponível em: < https://www.multiatual.com.br/2020/08/a-importancia-dosjogos-e-brincadeiras.html>. Acesso em: 18 de maio. 2021.

PIAGET, Jean Wilian Fritz. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro:

Guanabara Koogan, 1978. Portal Nova Escola, Educação infantil lugar de aprendizagem. Disponível:<https://novaescola.org.br/conteudo/118/educação-infantil-lugar-aprendizagemcreche-preescola/ >. Acesso em 10 de maio de 2021.

Portal Brasill.com, Portal da Educação Teóricas. Teoria da aprendizagem sóciohistórico de Vygotsky. Disponivel:<http://www.obrasill.com/educacao/teorias-daaprendizagem/teoria-daaprendizagem-socio-historica-de-vygotsky/> Acesso em: 11 de abril de 2021.

A IMPORTÂNCIA DA CULTURA AFRO BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO

EDINEIDE GOMES DOS SANTOS OLIVEIRA

RESUMO

Ensejando a concretização do reconhecimento da identidade, história e cultura de um grupo étnico, o presente trabalho possibilitou reconhecimento, igualdade das raízes africanas da nação brasileira. Outrossim, objetivou-se discutir questões relacionadas à inserção do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, sobre a relevância e necessidade da aplicabilidade da temática no contexto escolar, na procura por valorizar os sujeitos e sua cultura. Entendendo que quando estamos inseridos em uma relação hierárquica vertical e bem definida, as ideias, preferências, valores e atitudes das pessoas que delimitam as necessidades e ocupações da escola prevalecem. Existem temas que, embora sejam de fundamental importância e que constem nas políticas educacionais, costumam ser silenciados dentro da escola. Um desses temas será abordado neste trabalho são os conceitos sobre a questão étnico/racial, onde agregamos racismo, preconceito e discriminação. O estudo pretende trazer contribuições e sensibilização acerca da visão da educação sobre a questão étnico-racial.

Palavras-chaves: Cotidiano Escolar; História; Cultura Afro-Brasileira; Africana.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país do continente americano que recebeu o maior fluxo de africanos escravizados entre os séculos XVI e XIX, com negros e mestiços descendentes da África, que atualmente representam hoje um número muito grande da população brasileira, onde tiveram uma notável participação na formação do nosso povo, na sua economia, sua cultura e sua história, contribuindo de forma decisiva para modelar a cultura e a identidade brasileira.

A meta deste esboço sobre o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana objetiva a concretização do reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura de um grupo étnico, que concentra a maior parte da população brasileira: os negros.

A guisa dessas orientações, têm se constituído incumbências das instituições de ensino, que ofertam cursos na modalidade de licenciatura e criação de horizontes reais de planejamento. Contudo, a medida corresponde ao cumprimento das expectativas o que prescinde o desenvolvimento de unidades de estudos, assim como projetos e programas, com fins à apropriação, de forma abrangente, sobre o componente curricular.

O objetivo principal deste estudo é discutir a proposta de estabelecimento de cotas raciais no ensino superior e como a instituição de ensino por meio de seus gestores realizam um acompanhamento desses alunos que ingressaram através dessa política de inclusão. Também se pretende fazer uma reflexão se ocorreram mudanças significativas na ação do gestor escolar em suas atribuições diárias em relação a esses alunos.

Esse ato se reverberou alcançando diversas esferas sociais. Para entendermos os motivos das lutas em favor da igualdade racial que tanto lutamos na contemporaneidade, é preciso regressar e entender fatos que fizeram com que a população negra não obtivesse as mesmas condições para usufruir de um dos mais importantes direitos que um cidadão possui: a educação.

A escravização foi o sistema mais brutal que a sociedade brasileira já produziu. Ela segregou, assassinou e limitou uma raça a ter os mesmos recursos em detrimentos de outra. Esse momento de barbárie na história do país também proibiu a presença de escravizados nas diversas instituições escolares. Analisaremos também, como o período pós abolição, não propiciou ao negro condições dignas de acessar e permanecer nas escolas brasileiras.

Impossível não mencionar como a sociedade brasileira reforça a ideia de atrelar o negro a determinado status social e como as questões de fenotipagem se instauram nas escolas e reforçam ainda mais práticas racistas. Esses comportamentos e discursos tornam a situação ainda mais maléfica.

A representatividade não depende do outro falar por alguém, mas sim de todos ecoar suas vozes de forma singular em um espaço coletivo contra a voz do sistema opressor monolítico e estrondoso. O ser humano é um ser múltiplo e se constitui em único, singular e irrepetível.

O Brasil precisa enfrentar o debate racial como se deve, isso se deve ao fato que é muito difícil ser negro e negra em um país que ainda insiste no mito da democracia racial que ainda insiste em colocar como violento quem se põe contra o sistema que é violento, é um país que tem a lógica Casa Grande e Senzala muito arraigada e enraizada com totais possibilidades de outro tipo de existência que não seja a da norma, a da regra, restituindo as humanidades negadas e deixar que população negra seja vista a partir de sua negritude e do seu axé.

Além de questões voltadas para currículo, o próprio ambiente escolar exprime uma imagem de valorização do indivíduo branco e essa atitude de certa forma, faz com que a identidade acabe se perdendo e os negros são afastados de seus direitos de cidadão e lutam por oportunidades semelhantes aquelas que são oferecidas aos brancos.

A lei 10.639/03 que estabelece diretrizes de se trabalhar a cultura e história afro-brasileira e marca o dia vinte de novembro como o Dia da Consciência Negra, uma data que representa a morte de um líder de resistência quilombola, Zumbi dos Palmares, que lutou pela libertação do povo africano escravizado, portanto um episódio bastante significativo, logo a legislação vai ao encontro das reivindicações do movimento negro.

O escravo passa a ser uma mercadoria de grande valor porque poderia ser utilizado pelo seu mercador da forma de seu interesse. O escravo não tinha direitos, a sua força de trabalho se encontrava à disposição do seu proprietário que utilizava de acordo com suas vontades. Portanto, a cultura africana está presente no Brasil na dança, na ginga, no vocabulário, na culinária, na formação da identidade que é um processo que está sempre em construção e é dinâmico, na religiosidade e na forma de cultuar o sagrado, é preciso mudar a realidade do homem e da mulher negra na sociedade.

2. DESENVOLVIMENTO

DISCUTINDO ALGUNS CONCEITOS DE RAÇA NO BRASIL

O termo “raça”, bem como tantos outros presentes na língua portuguesa, possui um caráter de mutabilidade, isso porque em cada situação ou posição temporal absorve um significado diferente, molda-se à situação.

Como consequência direta desses diversos significados, é possível presenciar inúmeras formas de se comportar diante dos termos, sendo este mais recorrente quando abordamos ou discutimos a situação do negro no país. “Por que será? Na realidade, é porque raça ainda é o termo que consegue dar a dimensão mais próxima da verdadeira discriminação contra os negros, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade (GOMES, 2005, p.45).

Em sua criação o conceito raça era empregado exclusivamente na zoologia e na botânica, ou seja, para definir categorias ou espécies de plantas e animais. Posteriormente, adotou o significado de descendência ou linhagem, o que podemos interpretar como aqueles que possuem certos tipos de características físicas em comum, com esta definição em voga, François Bernier utilizou-a para definir grupos fisicamente contrastantes presentes na espécie humana.

Ao longo da história da humanidade muitas taxonomias raciais surgiram, a maioria destas utilizou como característica classificatória a variação da cor da pele e facultativamente sua localização geográfica. No início estas classificações não possuíam o intuito de desmembrar a espécie humana, explanando um pouco sobre as primeiras classificações Seyferth coloca:

Aliás, as primeiras classificações sistemáticas [...] como a de Cuvier, que

dividiu a humanidade em três subespécies – caucasiana, etiópica e mongólica – e depois as subdividiu por critérios mistos, físicos e culturais. Antes dele, em 1758,

Lineu identificou seis tipos raciais – americano, europeu, asiático e africano, além de Homo ferus (selvagem) e Homo monstruosus (anormal); e Blumenbach, em 1806, estabeleceu cinco raças – caucásica, mongólica, etiópica, americana e malaia (SEYFERTH, 1995, p.176).

Porém, na França por volta dos séculos XVI- -XVII a relação entre classes sociais começa a ser afetada pela definição de raça, a nobreza e a plebe eram justificadas por uma crença na existência de um sangue puro no primeiro grupo social. Sobre esta trajetória do conceito raça, Munanga explana:

Percebe-se como o conceito de raças 'puras' foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvesse diferenças morfo biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes (MUNANGA, 2004, p.17).

A classificação da espécie humana em raças e sub-raças foi decorrente do agrupamento de diversos critérios físicos e químicos, em nossa sociedade muitas vezes optamos por classificar diferentes objetos, documentos ou animais. A vasta diversidade humana não passou despercebida e tornou-se também alvo de nossas classificações, e infelizmente possibilitou também a hierarquização das raças. A respeito da hierarquia racial construída a partir das ideias de raça e suas consequências, Munanga coloca:

Assim, os indivíduos da raça "branca", foram decretados coletivamente superiores aos da raça "negra" e "amarela", em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e consequentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e consequentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (MUNANGA 2004, p.21).

O conceito de raça já foi desqualificado pela ciência quando nos referimos aos seres humanos, mas ele continua muito presente no imaginário da sociedade, em especial da sociedade brasileira. Hoje podemos considerar o conceito de raça nutrido de alto valor político e ideológico, por isso o Movimento Negro e alguns intelectuais ainda utilizam este termo, considerando-o importante na discussão do racismo, "porque a discriminação racial e o racismo existente na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais [...] mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes as mesmas" (GOMES, 2005, p.45).

RACISMO E EXCLUSÃO E AS LEIS

Ao estudar a história do negro na sociedade brasileira, percebemos que no

período pós-abolição, os negros não tiveram relações de igualdade social no Brasil. Eles não tiveram acesso às mesmas condições de sobrevivência como os brancos da sociedade brasileira (VALENTE, 1987).

As políticas de incentivo à imigração com o intuito de "branquear a população", aliadas aos discursos que ajudavam a ocultar a desigualdade existente entre negros e brancos, contribuíram para perpetuar estruturas racistas na sociedade, identificáveis em diversos âmbitos (SILVA, P., 2008). Além dos problemas elencados acima, o negro sofreu diversas dificuldades para ter acesso à educação. Garcia (2007, p. 34), por exemplo, nos revela que:

A educação no sistema escravocrata com suas escolas de "primeiras letras", diferenciadas por gênero e disciplinas, não permitia a presença de escravizados já que, por lei (art. 6° da Constituição de 1824) era reservada aos cidadãos brasileiros. Com isso, coibia o ingresso dos escravizados que eram, em larga escala, africanos de nascimento. Apenas negros libertos provenientes de famílias de algum recurso ou "protegidos" por ex-senhores poderiam freqüentá-las (GARCIA, 2007, P. 34).

Assim como Garcia (2007), Souza (2009, p. 28) também enfatiza o modo como a escola rejeitava o alunado negro:

[...] conforme registrado em relatórios da Instrução Pública de São Paulo, havia receios de aceitar matrículas de crianças negras na escola, dado o medo das famílias brancas que poderiam recusar-se a manter seus filhos nas instituições, receosas da proximidade entre os desiguais. Na sociedade e na escola, a presença do corpo negro e os seus valores civilizatórios, suas culturas e crenças não aceitos ainda impelia um posicionamento tão temeroso quanto o fora antes da abolição da escravatura, contexto em que havia a proibição aos negros para aprender a ler e escrever, pelo fato de haver o perigo de "derramar a instrucção pela classe escrava" (BARROS, 2005, p. 84 apud SOUZA, 2009, p. 28).

"O domínio das letras poderia facilitar rebeliões, insurgências e desobediências" Neste mesmo trabalho, Souza (2009) revela como as desigualdades sociais se manifestam e mostram a diferença existente entre o percurso escolar da criança ou jovem negro em relação ao branco.

Já Rojo (2009) expõe, com a história de "Zé Moreno", as relações existentes na escola e como elas contribuem para rejeitar o alunado negro. Os dados de Paixão et al., (2011, p. 212) nos trazem também como há uma dicotomia entre o acesso de crianças negras e o acesso de crianças brancas na primeira fase da educação infantil: "de acordo com os indicadores da PNAD 2008, o percentual de crianças brasileiras entre 0 e 3 anos que frequentavam a creche foi de 18,1% na população residente como um todo. Entre as crianças brancas, este percentual foi de 20,7% e, entre as crianças pretas e pardas, de 15,5%". Nos dados referentes ao acesso entre crianças de 4 a 5 anos, Paixão et al., (2011, p. 213) indicam que:na comparação entre os anos de 1998 e 2008, verifica-se que ocorreu uma forte elevação, em 27 pontos percentuais, do peso relativo das crianças brancas que frequentam estabelecimentos de ensino. Entre as crianças pretas e pardas, o aumento foi de 24,7

pontos percentuais. Ou seja, mais uma vez ocorreu um aumento das assimetrias de cor ou raça no indicador (PAIXÃO et al., 2011, p. 213).

Para as crianças de 6 anos, a diferença entre o acesso a crianças negras e brancas continuam, pois, os autores Paixão et al., (2011) enfatizam como o número de crianças brancas na escola continua maior, em relação a crianças negras. Mas não são apenas esses dados que mostram as relações raciais na educação, uma vez que, um estudo realizado pela UNESCO revela como algumas escolas se referem ao aluno negro:

Os alunos dizem que a professora prefere uma aluna (branca) específica e pretere um aluno (negro): A Y., branca, é a mais queridinha de todos os professores, da diretora de todo mundo. Só porque ela é da Argentina. E o B, negro, é o mais odiado. A justificativa encontrada pelos próprios alunos para as professoras não gostarem do aluno negro é: Porque ele é negro. Nesse sentido, os colegas comparam os dois alunos: A Y. apronta, ela (a professora) não fala nada, agora, quando o B apronta, ela já vem xingando, chamando ele de pretinho, essas coisas. Os alunos classificam o comportamento da professora de "racismo" e enfatizam o que para eles é o racismo: Se não é racismo o que é racismo? Racismo é a pessoa que não gosta de pessoa morena. Negra. Negro (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006, p. 258).

Esse é apenas um dos muitos exemplos que mostram a "seleção" por alunos brancos, mas, há também, dificuldades nas relações entre os alunos. Há exemplos de crianças que rejeitam o negro, pais que percebem como os negros são rejeitados, etc. (cf. ABRAMOVAY e CASTRO, 2006).

Nos últimos anos, temos assistido a diversas ações, tanto no âmbito governamental, ou seja, políticas de estado, como no debate no campo educacional, que questionam essas estruturas, buscando formas de superação. De fato, tais ações ajudam a diminuir, ainda que timidamente, o foco existente entre o acesso aos bens materiais e simbólicos que têm a população negra em relação à população que não se declara negra (cf. GARCIA, 2007).

No entanto, diversos âmbitos da vida social brasileira testemunham a persistência de práticas e estruturas que consolidam o racismo e contribuem para que o cidadão negro não tenha o mesmo acesso aos bens materiais e simbólicos, se comparada com o branco. A área da educação, por exemplo, testemunha isso com muito rigor. Se tomarmos os dados apresentados por Rosemberg (1998, p. 75), perceberemos como o racismo se manifesta estruturalmente no percurso escolar do alunado negro.

No que diz respeito especificamente à educação, os dados apresentados por Rosemberg (1998) são, da mesma maneira, alarmantes. Através da análise de indicadores de pesquisas realizadas pelo IBGE e pelo MEC até o começo da década de 1990, apresenta-se a diferença de acesso e aproveitamento escolar entre brancos e negros, mas na própria instituição escolar, que não está imune a, dentro de si mesma, perpetuar estruturas de exclusão do alunado negro. Assim, os negros:

[...] enfrentam maiores dificuldades

de acesso e permanência na escola, assim como enfrentam escolas de pior qualidade, redundando em maior índice de reprovação e atraso escolar do que aquele observado entre os brancos. Em linhas gerais, as pesquisas sobre oportunidades educacionais têm encontrado trajetórias escolares diversas para amarelos, brancos, pardos e pretos, evidenciando desvantagens para estes últimos no acesso à escola e no ritmo de sua progressão, caracterizado como mais lento e acidentado (ROSEMBERG, 1998, p. 79).

Ou seja, os fatores elencados acima têm um efeito direto no rendimento e aproveitamento escolar dos negros, no que diz respeito ao percentual de analfabetismo, número menor de pessoas com escolaridade completa, bem como à quantidade de negros que tem acesso à universidade. Todos esses dados apontam para uma desigualdade que tem explicações que vão além da desigualdade socioeconômica. Assim como Rosemberg (1998) relata, as dificuldades que os negros enfrentam para acesso e permanência na escola, Souza (2009, p. 34-35)

igualmente revela tais problemas, ao comentar que:

[...] a falta de equidade mostra-se mais aguda para as pessoas negras de ascendência africana em cujos corpos os traços fenotípicos ainda são motivos de preconceito e discriminação, nem sempre explicitados verbalmente, mas relatados em diversas pesquisas educacionais. Segundo dados do Censo Escolar de 2007, entre os jovens brancos de 15 a 17 anos, 70% haviam concluído o ensino fundamental, enquanto que dentre os negros, apenas 30%. No ensino médio, 62% de jovens brancos, de 15 a 17 anos, estavam na escola, enquanto o percentual de negros, na mesma faixa etária era de 31%. Considerando-se o recorte etário aos 19 anos, 55% de brancos concluem o ensino médio enquanto apenas 33% de negros conseguem concluir. Além disso, da população branca acima de 25 anos, 12,6% detém diploma de curso de nível superior, enquanto dentre os negros a taxa é de 3,9%. Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, de 2008, evidenciam a falta de equidade (SOUZA, 2009, p. 34-35).

A instituição escolar é, portanto, um lugar no qual o preconceito racial pode se fazer presente. Além do apontado por Rosemberg, as práticas escolares manifestam o racismo na maneira como se trata o aluno negro e nas oportunidades que propicia a este de seguir para níveis mais altos da escolaridade. Como aponta Itani (1998, p. 120):

[...] nossas escolas não possuem as mesmas quantidades de negros e brancos, muito embora a raça negra faça parte da composição da população brasileira. Os alunos descendentes dela não se fazem presentes na mesma proporção nas salas de aula. Observa-se que esses alunos não estão nos bancos universitários. Quase sempre eles não chegam nem ao ensino médio. Já no primeiro ano do segundo grau é visível que existem menos alunos negros do que brancos. Sem dizer das classes de segundo grau das escolas privadas, onde estão os que conseguem chegar ao ensino universitário (ITANI, 1998, p. 120).

FORMAS DE RESISTÊNCIA

É preciso demarcar e deixar evidente em qualquer análise que se faça que o racismo existiu, existe e continuará existindo as lutas e formas de resistência se constituem e se concretizam em movimentos com a organização da população negra que é a maioria no Brasil:

As ações afirmativas constituem-se em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade (MUNANGA & GOMES, 2006, p. 186).

Existiram diversas lutas de grupos do Movimento Negro se constituindo em inúmeras formas de resistências dos que foram escravizados, desmistificando a ideia de uma nação homogênea. Essa tentativa de uma identidade nacional, de uma nação homogênea só emerge, ou seja, só vem à tona em momentos de Copa do Mundo, no momento em que todos dizem "eu sou brasileiro com muito orgulho, com muito amor" porque no cotidiano dos brasileiros as diferenças são patentes principalmente se esses brasileiros forem homens negros e mulheres negras.

Portanto, a ideia de raça constituída enquanto conceito sociológico continua sendo um critério de estratificação social e de percepções morais demarcando as oportunidades e ascensão de mobilidade social da população negra, demarca a possibilidade de estar vivo ou morto, não é por acaso que temos nas estatísticas da violência que está atrelada a questão racial, por isso se tem um número alarmante jovens negros, pobres, favelados que conseguem se constituir em números mais aviltantes que países que vivem em guerra civil.

O critério de raça não está só na estratificação social, mas está na construção subjetiva do ser negro, do ser branco e como a pessoa é construída, é percebida por si e pelo outro, sobretudo pelo olhar do branco. Essa desconstrução do Brasil racista tem como resultado as políticas afirmativas. Tornar-se negro nas duas décadas do século XX assume uma conotação positiva que historicamente tornar-se negro não era um elemento positivo, muito pelo contrário, era o tornar-se branco que possibilita ascensão na sociedade.

A sociedade brasileira, embora enfrente constantemente impasses e contradições acerca do reconhecimento de direitos aos quais todos os negros devem ter acesso, apresenta, gradativamente, mudanças significativas e que vão empoderando negros e negras que foram estigmatizados por muitos séculos e se levantam para assumirem seus lugares. Nesse sentido:

[...] ações afirmativas precisam ser implementadas pelas universidades, institutos e escolas abrindo-se assim novos territórios para práticas formativas que girem em torno da História e Cultura Africana e Indígena, relações étnico raciais, diversidade, preservação de nosso patrimônio material e imaterial (ROCHA, 2012, p. 98-99).

Esses elementos e essas lutas de resistência dos grupos do Movimento Negro trazem a possibilidade de uma geração de orgulho de ser negro e conseguir reconstruir a valorização desse povo que foi

escravizado, inferiorizado, excluído, martirizado, massacrado por mais de três séculos e mesmo com todas essas conquistas.

O Brasil é um país multicultural em que temos a influência da cultura afrodescendente, indígena, europeia, temos várias participações de culturas para a formação de nossa cultura, de nossa identidade, de nossa formação enquanto povo, enquanto nação:

[...] se evidencia quando em condições sociais dadas, de supostas qualidades entre brancos e negros, se identifica um favorecimento para um determinado grupo nos aspectos social, educacional e profissional. Fato que expressa um processo institucional de exclusão social do grupo, desconsiderando suas habilidades e conhecimentos (CAVALHEIRO, 2005, p. 26).

Os negros e os afrodescendentes têm uma participação muito forte na formação do povo brasileiro. Temos no Brasil uma diversidade muito forte e isso é perceptível na cultura, na dança, no vocabulário, na culinária, na forma de colocar diante do sagrado.

A Lei Nº 10.639 torna obrigatório no Ensino Fundamental e Médio o estudo de História e Cultura Afro-brasileira, não previa o ensino da cultura indígena nas escolas brasileiras. O texto estabelece que o conteúdo programático inclui diversos aspectos da história e da cultura dos povos que formaram a população brasileira.

A nossa cultura, nossos costumes, nossas práticas estão permeados da presença de escravos negros no período da escravização, por exemplo a origem de nossa bebida, de nossa culinária, de nossa dança, no nosso vocabulário. Quando se pensa no negro, logo se tem a ideia de escravo, ou o pior, no preconceito não se pensa na influência que nossa cultura e formação da nação brasileira enquanto

Estado graças a presença do negro e sua cultura em nosso território.

É interessante salientar que aspectos como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil. A cultura negra e indígena brasileira, ou seja, o negro e o índio na formação da sociedade nacional foram incorporados aos currículos com a promulgação da Lei Nº 11.645 (BRASIL, 2008).

No contexto educacional, medidas afirmativas que visam combater as desigualdades sociais brasileiras, bem como propiciar desconstruções e construções necessárias para práticas da promoção de igualdade racial.

A legislação pertinente à Educação das Relações Étnico Raciais que vislumbra mudanças de olhares e sentido novo sobre a população negra brasileira com novas abordagens históricas, sociais e culturais. Segundo Tardif (2002), muitas vezes as legislações são impostas com repercussão direta nas práticas docentes, sem que haja uma adequada preparação destes para os fins que são buscados.

As garantias constitucionais não significam, necessariamente, que a realidade será marcada pelo acesso universal a uma educação de qualidade: "[...] a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando rela-

ções étnicorraciais e sociais, desalienando processos pedagógicos" (BRASIL, 2013, p. 501).

AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL

O processo de redemocratização brasileira é algo recente na sociedade, mediante a um alto grau de desigualdade que passou a dar interferência nas conquistas de cargos e almejar maiores patamares na sociedade, pois de acordo com Florestan Fernandes (1978), afirma que os negros eram antes evitados e repudiados nos escritórios, nas fábricas, nos bancos e em grandes empresas comerciais.

As políticas afirmativas são inerentes de uma sociedade que vivem sob um estado de direito democrático, para um alcance maior do ensino superior, desta forma a política conhecida como cotas pregam o ideal de igualdade, que neste sentido, assistem a um direito constitucional do direito à educação, segundo Carmem Lúcia Antunes Rocha (1996).

De acordo com Luciana Jaccoud e Nathalie Beghim (2002), os argumentos básicos para a inserção de uma política pública é oferecer tratamento de igualdade a todos e que de acordo com Joaquim Barbosa Gomes (2002), não se alcança um parâmetro de superação das desigualdades apenas nas políticas de educação, mas num todo que deve ser alcançado pelo Estado e pela sociedade.

[...] definem-se como políticas públicas e privadas voltadas a concretização do princípio constitucional do princípio constitucional da igualdade material à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e da competição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2002, p.128).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado e os debates acerca da importância do ensino da cultura afro brasileira no âmbito escolar enfatizando a história e sua evolução, surgiram com o intuito de estabelecer uma discussão de como trabalhar a interdisciplinaridade abordando Cultura Afro-Brasileira e História Africana na sala de aula, objetivando detalhar as contribuições dos negros e índios para a formação do povo brasileiro. O esboço sobre o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana propicia reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura de um grupo étnico, que concentra a maior parte da população brasileira.

Vimos que no decorrer da história o estudante negro no ensino fundamental apresenta diversos empecilhos para prosseguir com sucesso e disputar vagas em universidade pública com alunos considerados brancos. E a partir do momento que esses estudantes cotistas ingressam no ensino superior acabam vindos com uma bagagem de defasagem educacional e que na maioria das vezes não haverá um apoio pedagógico para que eles tenham as mesmas oportunidades pedagógicas que os demais. Porém, o Ministério da Educação já consegue visualizar essa defasagem e criará um programa nacional para capaci-

tar os alunos cotistas que ingressarem nas universidades federais.

As políticas de ações afirmativas surgem para corrigir um erro histórico baseado na exclusão, porém ainda se faz necessário, muitas lutas e legislações. É notório que defendo as políticas de ações afirmativas e elas são necessárias para equalizar a educação no nosso país.

Nesse sentido, no campo educacional, a Lei Nº 10.639/2003 traz no seu contexto os anseios dos afro-brasileiros principalmente aqueles ligados aos movimentos sociais e de articulação dos direitos civis, políticos, sociais e econômicos –, de valorização de sua historicidade, riqueza cultural e da ancestralidade africana que são resgatados e valorizados de forma equânime na sociedade brasileira.

A Lei incluirá a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e formação da sociedade nacional "resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil". Nessa trajetória está o esforço de tornar efetivo o ensino de História e da Cultura Afrobrasileira na Escola uma vez que estar assegurado por lei não garante a efetivação concreta do ensino no currículo na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

- ALBUQUERQUE, Janeslei Aparecida. O racismo silencioso em escolas públicas de Curitiba: imaginário, poder e exclusão social. Acesso em 23/04/2020.

- BEGHIN, Nathalie e Jaccoud, Luciana. "Desigualdades Raciais no Brasil – um balanço da intervenção governamental". Brasília, IPEA. 2002.

- BENTO, Maria Aparecida Silva. Cidadania em Preto e Branco. São Paulo: Ática, 2005.

- BITTENCOURT, Circe Maria F. Pátria, Civilização e trabalho. São Paulo: Loyola, 1990.

- BRASIL. Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afrobrasileira", e dá outras providências. 2003.

- CAVALLEIRO, Eliane. Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

- Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

- FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, Reflexões e Aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.

- REYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 4. ed. São Paulo: Global, 2003.

- MOREIRA, D. & BATISTA SOBRINHO, A. Casamentos Interraciais: o Homem Negro e a Rejeição da Mulher Negra.